

ÍNDICE

6.3	MEIO BIÓTICO.....	1
6.3.2	<i>Caracterização dos Ecossistemas.....</i>	<i>1</i>
6.3.2.1	Áreas Protegidas.....	2
6.3.2.1.1	Áreas de Preservação Permanente (APPs).....	3
6.3.2.1.2	Reservas Legais (RLs).....	4
6.3.2.1.3	Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira	6
6.3.2.1.4	Corredores Ecológicos.....	10

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - COBERTURA VEGETAL E USO DO SOLO NAS APPS INTERCEPTADAS PELO EMPREENDIMENTO.	4
QUADRO 2 – RESERVAS LEGAIS INTERCEPTADAS PELO EMPREENDIMENTO. IDF = IDENTIFICAÇÃO DA GLEBA.	4
QUADRO 3 - ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE PRESENTES NA AE DO EMPREENDIMENTO.....	7

ÍNDICE DE MAPAS

MAPA 1. ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA CONSERVAÇÃO, USO SUSTENTÁVEL E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS DA BIODIVERSIDADE BRASILEIRA	8
MAPA 2. ÁREAS SUGERIDAS PARA CRIAÇÃO DE CORREDORES ECOLÓGICOS.	11

6.3 MEIO BIÓTICO

6.3.2 Caracterização dos Ecossistemas

De acordo com o Projeto Sistematização das Informações sobre Recursos Naturais (IBGE, 2008), na escala 1:250.000, a região de inserção do empreendimento encontra-se nas seguintes regiões fitoecológicas do bioma Amazônico: Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Ombrófila Densa, Formações Pioneiras, Áreas de Tensão Ecológica e Savana Parque.

Por outro lado, a cobertura vegetal presente na área do empreendimento, segundo o levantamento da flora que se baseou em pesquisa bibliográfica, fontes de informação oficiais e levantamento de campo primário, é representada por um mosaico de formações iniciais, intermediárias e avançadas de sucessão florestal apenas de Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Ombrófila Densa, Formações Pioneiras e Áreas de Tensão Ecológica. Somadas a estas, podem ser encontrados fragmentos de pastagens encapoeiradas e com alguma regeneração natural presente.

A Floresta Ombrófila Aberta (FOA) está distribuída por todo o território brasileiro. É composta de árvores mais espaçadas, com sub-bosque pouco denso. Veloso et al. (1991) consideram esta formação vegetal como um tipo de transição da floresta ombrófila densa, caracterizando-se por gradientes climáticos com mais de 60 dias secos. Possui quatro faciações florísticas: com cipó, nas áreas de depressões circulares do embasamento pré-cambriano; com palmeiras, em terrenos areníticos que ocorre por toda a Amazônia e até mesmo fora dela; com bambu, ocorre da parte ocidental da Amazônia até o planalto meridional do Estado do Paraná (ocupando geralmente as áreas onde foram exploradas espécies nobres); com sororoca (*Phenakosperma guyanensis*) no sul da bacia Amazônica, no médio rio Xingu, ocorrendo em depressões que ficam temporariamente inundadas e em pequenas áreas onde predominam solos do tipo Latossolo Vermelho-Amarelo.

As formações florestais presentes na área de estudo (AE) são representadas pelas variações fisionômicas de Floresta Ombrófila Densa (FOD) de Terras Baixas e Aluvial. Estas formações, segundo Ellenberg e Mueller-Dombois (1967), se caracterizam por fanerófitos - subformas de vida macro e mesofanerófitos, além de lianas lenhosas e epífitas em abundância, que o diferenciam das outras classes de formações.

A FOD de Terras Baixas está situada em áreas de terrenos sedimentares do terciário/ quaternário – terraços, planícies e depressões aplanadas não susceptíveis a inundações - entre 4° de latitude Norte e 16° de latitude Sul, a partir dos 5 m até em torno de 100 m acima do mar; de 16° de latitude Sul a 24° de latitude Sul de 5 m até em torno de 50 m; de 24° de latitude Sul a 32° de latitude Sul de 5 m até em torno de 30 m.

A FOD Aluvial se caracteriza por formação ribeirinha ou “floresta ciliar” que ocorre ao longo dos cursos de água, ocupando os terraços antigos das planícies quaternárias. Esta formação é constituída por macro, meso e microfanerófitos de rápido crescimento, em geral de casca lisa, tronco cônico, por vezes com a forma característica de botija e raízes tabulares.

Considerando as formações savânicas, podem ser evidenciadas as formações pioneiras e áreas de tensão ecológica. No primeiro caso, as formações pioneiras ocorrem ao longo do litoral, bem como nas planícies fluviais e mesmo ao redor das depressões aluviais (pântanos, lagoas e lagoas), há frequentemente terrenos instáveis cobertos por uma vegetação, em constante sucessão, de terófitos, criptófitos (geófitos e/ou hidrófitos), hemicriptófitos, caméfitos e nanofanerófitos.

Trata-se de uma vegetação de primeira ocupação de caráter edáfico, que ocupa terrenos rejuvenescidos pelas seguidas deposições de areias marinhas nas praias e restingas, as aluviões fluviomarinhas nas embocaduras dos rios e os solos ribeirinhos aluviais e lacustres (IBGE, 2012). Na AE ocorrem comunidades vegetais das planícies aluviais que refletem os efeitos das cheias dos rios nas épocas chuvosas, ou, então, das depressões alagáveis todos os anos.

Nestes terrenos aluviais, conforme a quantidade de água empoçada e ainda o tempo que ela permanece na área, as comunidades vegetais vão desde a pantanosa criptofítica (hidrófitos) até os terraços alagáveis temporariamente de terófitos, geófitos e caméfitos, onde, em muitas áreas, as *Arecaceae* dos gêneros *Euterpe* e *Mauritia* se agregam, constituindo o açazal e o buritizal da Região Norte do Brasil.

As áreas de tensão ecológica são qualificadas como sistemas de transição entre duas ou mais regiões fitoecológicas ou tipos de vegetação. Existem sempre, ou pelo menos na maioria das vezes, comunidades indiferenciadas, onde as floras se interpenetram, constituindo as transições florísticas ou contatos edáficos. O primeiro caso se refere ao “mosaico específico” ou ao próprio ecótono de Clements (1949). O segundo caso se refere ao “mosaico de áreas edáficas”, no qual cada enclave guarda sua identidade ecológica sem se misturar (VELOSO et al., 1975).

6.3.2.1 Áreas Protegidas

As Áreas Protegidas são criadas para garantir a sobrevivência da flora e da fauna. Segundo o Inciso III, § 1º do Art. 225 da Constituição Federal 1988 (CF), é responsabilidade do Poder Público definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos. A alteração e a supressão serão permitidas somente através de lei específicas, sendo vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção, garantindo o direito fundamental coletivo.

No Brasil, existem dois tipos de áreas protegidas: as públicas e as privadas ou particulares. As áreas protegidas públicas são chamadas de unidades de conservação e são divididas em diferentes categorias, de acordo com seus objetivos. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) institui duas categorias de unidades de conservação: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

Além das áreas anteriormente apresentadas, existem as Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade. As Áreas Prioritárias para Conservação foram definidas por meio do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira - PROBIO, componente executivo do PRONABIO – Programa Nacional de Biodiversidade. O objetivo era avaliar e identificar áreas e ações

prioritárias para a conservação dos biomas brasileiros, através do qual foi possível identificar as áreas prioritárias para conservação da biodiversidade, avaliar os condicionantes socioeconômicos e as tendências atuais da ocupação humana do território brasileiro, bem como formular as ações mais importantes para conservação dos nossos recursos naturais.

Por outro lado, as áreas protegidas privadas encontram-se em propriedades particulares e, segundo o Código Florestal (Lei Federal nº 12.561/2012), todas devem manter uma área de Reserva Legal e preservar as Áreas de Preservação Permanente (APPs), além de terem a opção de criar Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs).

6.3.2.1.1 Áreas de Preservação Permanente (APPs)

O levantamento das Áreas de Preservação Permanente (APPs) localizadas na área de interferência direta da LT 230 kV Oriximiná - Juruti - Parintins e SEs Associadas seguiu os conceitos e delimitações definidas no Código Florestal (Lei 12.651/2012 e suas alterações), e utilizou, como base de mapeamento, a Base Cartográfica Digital Contínua da Amazônia Legal (BCAL), na escala 1:100.000, em conjunto com a Diretoria do Serviço Geográfico (DSG).

O Código Florestal define as APPs como áreas de grande importância ecológica, cobertas ou não por vegetação nativa, que têm como função preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. Especificamente na área do empreendimento, estas áreas protegidas estão localizadas, principalmente, ao longo de cursos d'água em faixas com no mínimo 30 metros, lagos e reservatórios de água no raio mínimo de 50 metros a partir da borda, e ao redor de nascentes. Os parâmetros de definição das APPs foram:

1. Cursos d'água de **menos de 10 (dez) metros** de largura: 30 (trinta) metros nas drenagens distribuídas por toda a linha sendo que a maioria não tem nome;
2. Cursos d'água que tenham **de 10 (dez) a 50 (cinquenta):** 50 (cinquenta) metros para pequenos afluentes do rio Amazonas na região do município de Juruti;
3. Cursos d'água que tenham de **200 (duzentos) a 600 (seiscentos)** metros de largura: 200 (duzentos) metros no rio Paraná de Ramos localizado em Parintins;
4. Cursos d'água que tenham **largura superior a 600 (seiscentos)** metros: 500 (quinhentos) metros nos lagos Zé Açú e Paranapanema, Igarapé Juruti Grande e no Rio Amazonas;
5. Nascentes - as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, **no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros;**
6. Áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de **100 (cem) metros** nos lagos Zé Mirim, do Máximo e Santana;

7. Não foram identificadas áreas com declividade superior a 45° na faixa de servidão;

No decorrer da área que será afetada pelo empreendimento (ver tópico *Erro! Fonte de referência não encontrada.. Erro! Fonte de referência não encontrada.*), 28,2% (242,42 ha) são APP. É importante observar que do total da área definida como APP, a maioria, isto é, 65,4% (158,59 ha), está ocupada por Floresta Ombrofila Densa Terras Baixas. Em seguida, temos Áreas antrópicas agrícolas com 26,6% (64,4 ha), Floresta Ombrofila Densa Aluvial com 4,5% (10,81 ha) e formações pioneiras com influência fluvial e/ou lacustre com 3,6% (8,62 ha), respectivamente. O Quadro 1, mostra o detalhamento dessas áreas.

Quadro 1 - Cobertura Vegetal e Uso do Solo nas APPs interceptadas pelo empreendimento.

Classes de Cobertura Vegetal e Uso do Solo	Área (ha)	%
Floresta Ombrofila Densa Terras Baixas	158,59	65,4
Área antrópica agrícola	64,40	26,6
Floresta Ombrofila Densa Aluvial	10,81	4,5
Formações Pioneiras com Influência Fluvial e/ou Lacustre	8,62	3,6
Total Geral	242,42	100

6.3.2.1.2 Reservas Legais (RLs)

As áreas de Reserva Legal são delimitadas nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 12.651/2014 e possuem com objetivo assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa. A base de dados usada para a delimitação das RLs é oriunda do Cadastro Ambiental Rural – CAR (<http://www.car.gov.br/publico/imoveis/index>) com a última atualização feita em 10/4/2019. Estima-se que na Área de interferência do empreendimento, cerca de 164,98 ha constituem áreas de Reserva Legal. O detalhamento das Reservas Legais interceptadas pelo empreendimento pode ser visto no Quadro 2.

Quadro 2 – Reservas Legais interceptadas pelo empreendimento. IDF = Identificação da gleba.

IDF	Tipo	Área (ha)
1502832	Reserva Legal Proposta	0,39
1502884	Reserva Legal Proposta	4,69
1502996	Reserva Legal Proposta	1,23
1503021	Reserva Legal Proposta	0,70
1503096	Reserva Legal Proposta	1,32
1503173	Reserva Legal Proposta	4,46
1503208	Reserva Legal Proposta	0,68
1503287	Reserva Legal Proposta	0,59
1503307	Reserva Legal Proposta	0,32
1503354	Reserva Legal Proposta	0,04
1503365	Reserva Legal Proposta	0,40
1503436	Reserva Legal Proposta	0,54
1503585	Reserva Legal Proposta	0,82
1503632	Reserva Legal Proposta	0,34
1505870	Reserva Legal Proposta	0,19
1505934	Reserva Legal Proposta	0,51
1506617	Reserva Legal Proposta	0,75
1506639	Reserva Legal Proposta	0,01

IDF	Tipo	Área (ha)
1506694	Reserva Legal Proposta	0,04
1506774	Reserva Legal Proposta	1,11
1509775	Reserva Legal Proposta	0,63
1549299	Reserva Legal Proposta	0,86
2149568	Reserva Legal Proposta	0,68
4514525	Reserva Legal Proposta	0,98
4625708	Reserva Legal Proposta	0,45
5549599	Reserva Legal Proposta	0,46
5652580	Reserva Legal Proposta	1,99
5822978	Reserva Legal Proposta	0,03
6171761	Reserva Legal Proposta	0,33
6177136	Reserva Legal Proposta	0,41
6228852	Reserva Legal Proposta	1,04
1637198	Reserva Legal Proposta	0,97
1637226	Reserva Legal Proposta	0,18
1637215	Reserva Legal Proposta	2,95
1654452	Reserva Legal Proposta	0,31
1654526	Reserva Legal Proposta	0,39
1655066	Reserva Legal Proposta	0,70
1655346	Reserva Legal Proposta	0,67
1655436	Reserva Legal Proposta	2,45
1672195	Reserva Legal Proposta	2,58
1681492	Reserva Legal Proposta	1,92
1683277	Reserva Legal Proposta	1,54
1685516	Reserva Legal Proposta	0,98
1688480	Reserva Legal Proposta	0,13
1690449	Reserva Legal Proposta	1,17
1702954	Reserva Legal Proposta	1,17
1715062	Reserva Legal Proposta	0,82
1719243	Reserva Legal Proposta	1,30
1728196	Reserva Legal Proposta	0,05
1728409	Reserva Legal Proposta	0,29
1779494	Reserva Legal Proposta	0,50
1781896	Reserva Legal Proposta	2,05
2414328	Reserva Legal Proposta	0,61
2984379	Reserva Legal Proposta	0,77
2985268	Reserva Legal Proposta	0,33
3078022	Reserva Legal Proposta	0,94
3698066	Reserva Legal Proposta	0,04
3730895	Reserva Legal Proposta	2,02
4225428	Reserva Legal Proposta	2,44
4225436	Reserva Legal Proposta	0,17
4229252	Reserva Legal Proposta	2,67
5390211	Reserva Legal Proposta	0,21
5893512	Reserva Legal Proposta	2,00
1642038	Reserva Legal Proposta	2,14
1721418	Reserva Legal Proposta	1,20
1721505	Reserva Legal Proposta	0,31
1753431	Reserva Legal Proposta	0,51
1758643	Reserva Legal Proposta	0,46
1765690	Reserva Legal Proposta	0,36
1785708	Reserva Legal Proposta	1,87
4041540	Reserva Legal Proposta	2,60
4083307	Reserva Legal Proposta	12,16

IDF	Tipo	Área (ha)
4134123	Reserva Legal Proposta	1,36
4689282	Reserva Legal Proposta	0,34
5273794	Reserva Legal Proposta	4,52
5491842	Reserva Legal Proposta	19,76
5491923	Reserva Legal Proposta	50,08
2967471	Reserva Legal Proposta	5,00
Total		164,98

6.3.2.1.3 Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira

O levantamento das Áreas Prioritárias para Conservação utilizou como base os dados disponibilizados no site do Ministério do Meio Ambiente (MMA), conforme as áreas instituídas pela Portaria MMA nº 126, de 27 de maio de 2004, e as novas áreas reconhecidas por meio da Portaria MMA nº 9, de 23 de janeiro de 2007. As áreas identificadas serão apresentadas de acordo com a classe de importância na qual esta está inserida.

Com base nas informações obtidas, foram identificadas 04 (quatro) áreas prioritárias para a conservação na AE: Rio Amazonas - Am222, Várzeas do Médio Amazonas - Am212, Cachoeira do Aruã – Am185 e Várzea Médio Amazonas – Am188. Cabe ressaltar que todas são interceptadas pela LT, porém, a área da Várzea Médio Amazonas – Am188 possui maior extensão de intersecção (122,25 km), seguida da Rio Amazonas - Am222 (39,67 km), Cachoeira do Aruã – Am185 (37,10 km) e Várzeas do Médio Amazonas – 212 (17,60 km) - Quadro 3 e Mapa 1.

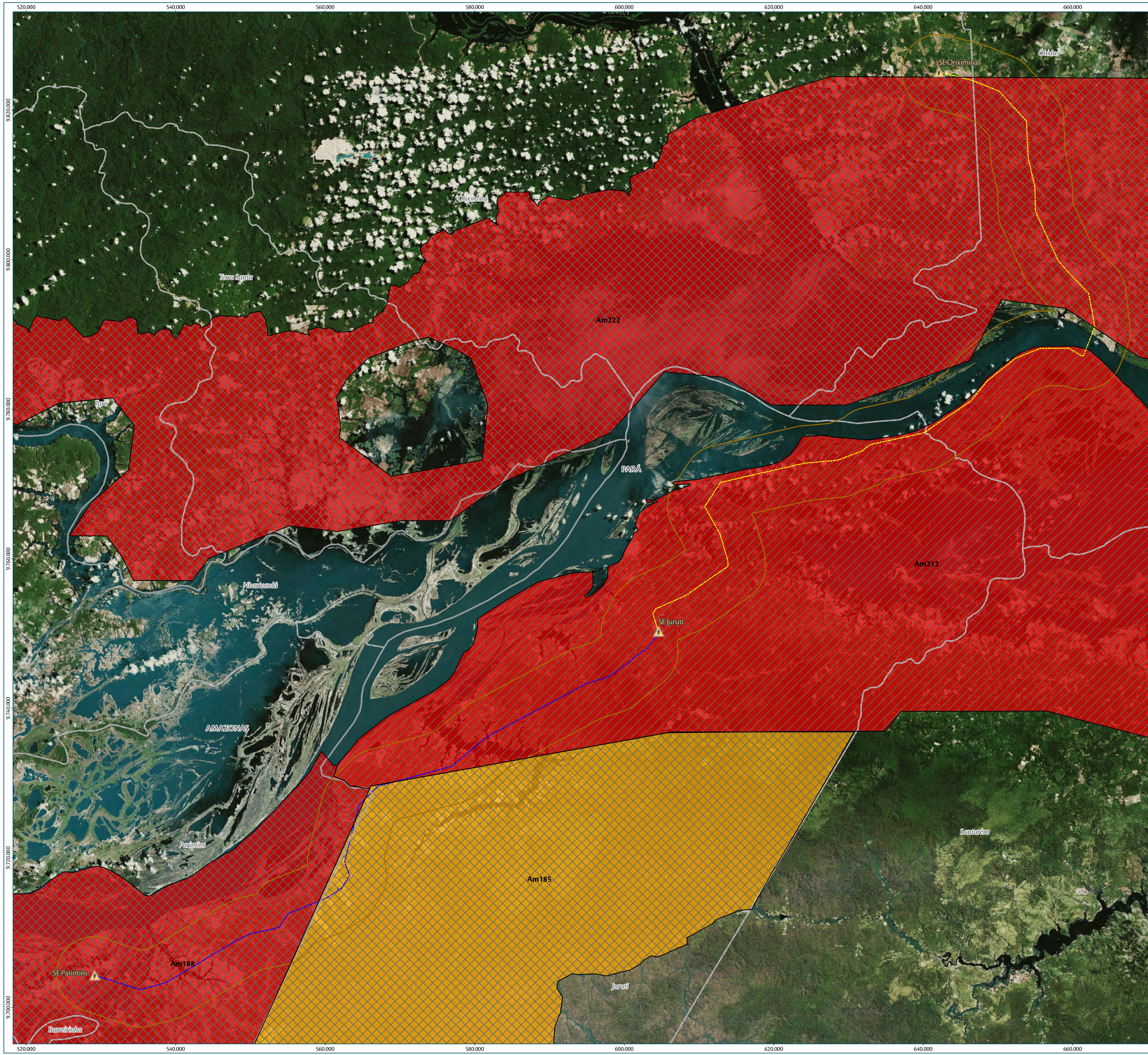
Todas as áreas identificadas estão inseridas no bioma Amazônico, que exerce grande influência no meio ambiente. Nele estão fixadas mais de uma centena de trilhões de toneladas de carbono, sendo que sua massa vegetal libera, aproximadamente, sete trilhões de toneladas de água anualmente para a atmosfera pelo processo de evapotranspiração. Os rios que cortam esse bioma descarregam cerca de 20% de toda a água doce que é despejada nos oceanos pelos rios existentes no globo terrestre (MMA/SBF, 2002).

Quadro 3 - Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade presentes na AE do empreendimento.

Legenda: (AP) Área Prioritária; (LT) Linha de Transmissão; (AE) Área de Estudo.

Nome da Área	Código da Área	Instrumento Legal de Criação	Área Total (ha)	Área Inserida na AE (ha)	Prioridade	Importância	Recomendação	Município Principal	Distância da LT (km)	Extensão da Intersecção com a LT (km)
Rio Amazonas	Am222	Portaria MMA n° 9/2007	1.810.770,76	39.736,55	Extremamente Alta	Extremamente Alta	Fiscalização e Educação Ambiental	Lábrea/AM	0	39,67
Várzeas do Médio Amazonas	Am212	Portaria MMA n° 9/2007	508.273,59	19.025,44	Extremamente Alta	Muito Alta	Fomento ao uso sustentável	Carauari/AM	0	17,6
Cachoeira do Aruã	Am185	Portaria MMA n° 9/2007	863.567,87	42.378,75	Muito Alta	Extremamente Alta	Criação de UC	Atalaia do Norte/AM	0	37,1
Várzea Médio Amazonas	Am188	Portaria MMA n° 9/2007	2.213.720,33	95.943,47	Extremamente Alta	Extremamente Alta	Criação de UC de uso sustentável e Recuperação	Feijó/AC	0	122,25

Fonte: MMA, 2016; MMA/SBF, 2002.



Parâmetros Cartográficos

0 5 10 15 km

Projeção Universal Transversa de Mercator - UTM
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Meridiano Central: -57°
Fuso: 21 Sul

Legenda

- Subestações
- LT 230 kV Oriximiná-Juruti
- LT 230 kV Juruti-Parintins
- Área de Estudo - Meios Físico e Biótico
- Limite Municipal
- Divisa Estadual

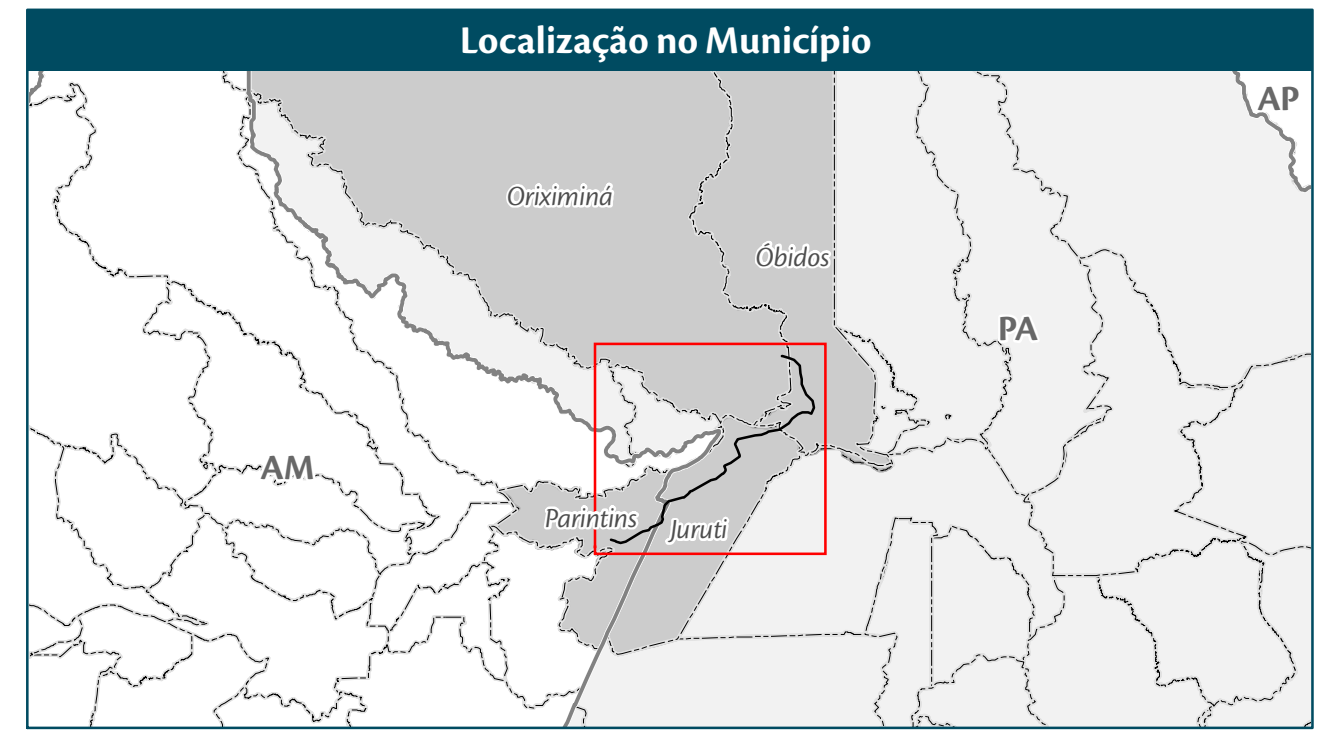
Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade

Prioridade:

- Muito Alta
- Extremamente Alta

Importância:

- Muito Alta
- Extremamente Alta



Fonte

Base Cartográfica Contínua do Brasil (1:250.000) - IBGE Geociências, 2017; Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade: MMA, 2007 - 1ª Atualização, Portaria MMA Nº9 de 23 de Janeiro de 2007; Imagem: World Imagery fornecida pela galeria Basemap do ArcGIS 10 (ESRI).

Empreendedor/Cliente	Execução	
parintins amazonas transmissora	ambientare soluções em meio ambiente	
Projeto		
Licenciamento Ambiental da LT 230 kV Oriximiná - Juruti - Parintins e SEs Associadas		
Tema		
Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira		
Escala	Responsável Técnico	Referência/Tamanho
1:250.000	Isadora Coppetti Alvarez	MAPA-01/A1
Data	Engenheira Florestal	
Junho/2019	CREA: 20.919/D-DF	

6.3.2.1.3.1 Am222 – Rio Amazonas

A área de do Rio Amazonas é uma região de várzea ocupada por comunidades remanescentes de quilombolas e colônia de pescadores artesanais de tradição com costumes ribeirinhos. Com consequência da ocupação, as principais ameaças à Am222 estão relacionadas à agropecuária, ao adensamento populacional, ausência de ordenamento das atividades exploratórias, desmatamento originário de Porto de Moz e pelas lavagens dos porões de navios de carga.

Como medidas mitigatórias o Ministério do Meio Ambiente sugere: acordo de pesca, zoneamento ecológico detalhado e elaboração do Plano Diretor Municipal, concomitantemente à fiscalização e educação ambiental.

6.3.2.1.3.2 Am212 – Várzeas do Médio Amazonas

A área de Várzeas do Médio Amazonas possui prioridade extremamente alta. A região é caracterizada pelos fragmentos de floresta de várzea e por fazendas que preservam fragmentos florestais, que compõe considerável beleza cênica e abrigam espécies endêmicas.

Contudo, a região é ameaçada, principalmente, pela pecuária e pelo desmatamento. Por conseguinte, é sugerido o fomento às atividades sustentáveis: Manejo de áreas de várzeas e preservação dos remanescentes, compatibilizando com o Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea - PROVARZEA.

6.3.2.1.3.3 Am185 – Cachoeira do Aruã

À região da área prioritária Cachoeira do Aruã não possuem estudos suficientes para sua caracterização. Porém a região apresenta baixa pressão antrópica, o que permitiu a integridade do ambiente, sendo possível observar espécies ameaçadas de extinção e endêmicas. Contudo, a área sofre pressão de atividade antrópica; exploração madeireira e pelo uso predatório. Para propiciar o estudo da área, são sugeridos como medida de proteção, a criação de unidade de conservação e realização de inventários ambientais.

6.3.2.1.3.4 Am188 – Várzea Médio Amazonas

Varzea Médio Amazonas (Am188), segundo O MMA (2007) é definida como área de importância e prioridade extremamente alta. Tais definições foram estabelecidas em decorrência da intensa ocupação. A Am188 apresenta planícies alagadas intensamente ocupadas, com baixa conservação do ambiente. A baixa conservação ambiental demanda criação de unidades de conservação de uso sustentável, porém já existe o Plano de Manejo Florestal Comunitário.

A baixa conservação da região está relacionada à exploração desordenada de recursos, ao desmatamento, pecuária, crescimento urbano desordenado, turismo e a alta da poluição no município de Parintins. Por isso, são sugeridos a criação de unidade de conservação de uso sustentável, recuperação de área degradada

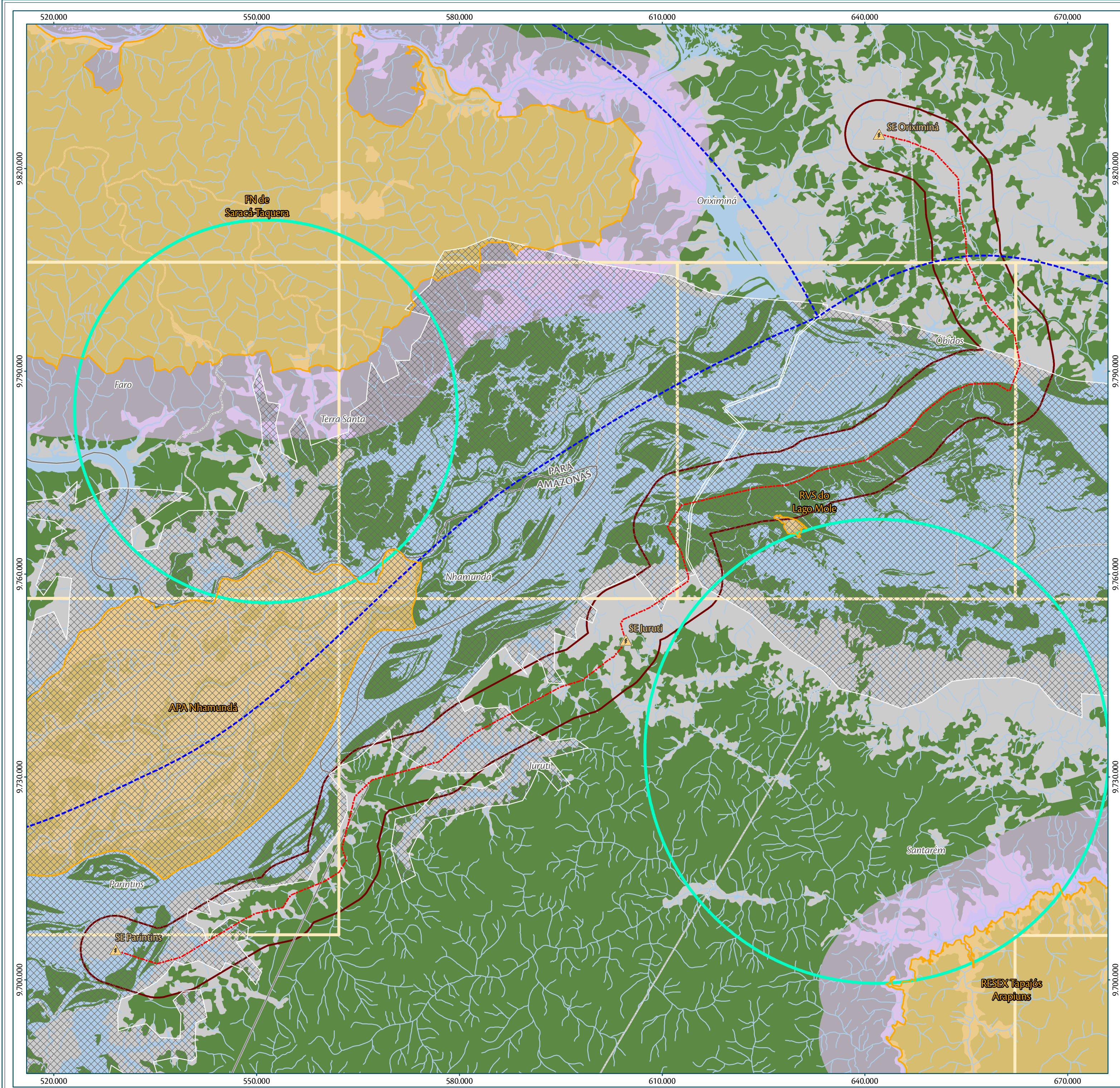
e de espécies, fomento às atividades sustentáveis, estudos socioantropológicos, educação ambiental e fiscalização.

6.3.2.1.4 Corredores Ecológicos

A fragmentação de paisagens naturais é um dos problemas para a conservação da biodiversidade. A redução da área original, por diferentes razões (desmatamento, áreas de cultivo, entre outros fatores) pode isolar ecossistemas e afetar diretamente a vida de diferentes espécies animais e vegetais. Neste contexto, tem-se a importância do estudo e implantação de corredores ecológicos, que podem ser definidos como áreas que contêm ecossistemas florestais biologicamente prioritários e viáveis para a conservação da biodiversidade, compostos por conjuntos de unidades de conservação, terras indígenas e áreas de interstício (áreas particulares, seja de grandes empresas ou de pequenos proprietários, comunidades, cidades ou assentamentos), para as quais se busca uma estratégia de gestão integrada (MMA, 2015).

Os corredores ecológicos foram mapeados e propostos utilizando as bases de dados de Uso do Solo (IBGE, 2008) Unidades de Conservação e suas respectivas Zonas de Amortecimento (ICMBio, MMA, WWF e SEMAS, 2019), Áreas Importantes para Conservação das Aves no Brasil (Save Brazil, 2009), ocorrência de espécies de aves ameaçadas de extinção (CEMAVE, 2016). As aves foram utilizadas como indicadores para a proposta, tendo em vista ser um dos principais grupos impactados com a operação de linhas de transmissão.

Através do cruzamento destas informações, foi possível sugerir duas áreas para criação de corredores ecológicos na região do projeto (Mapa 2).



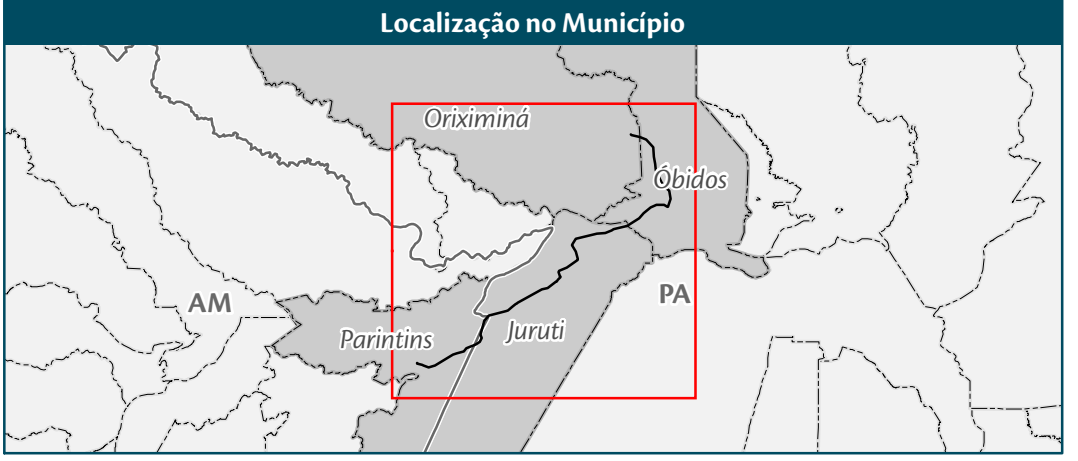
Parâmetros Cartográficos

0 10 20 30 km

Projeção Universal Transversa de Mercator - UTM
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Meridiano Central: -57°
Fuso: 21 Sul

Legenda

- Subestações
- Linhas de Transmissão
- Curso d'água
- Massa d'água
- Área de Estudo - Meios Físico e Biótico
- Limite Municipal
- Divisa Estadual
- Uso do solo regional:**
 - Áreas Florestais
 - Áreas Antrópicas
- Indicadores para implantação de corredores ecológicos:**
 - Principais rotas de aves migratórias no Brasil
 - Áreas Importantes para a Conservação das Aves no Brasil (Important Bird Area – IBA)
 - Ocorrência de espécies de aves ameaçadas de extinção
 - Unidades de Conservação (UCs)
 - Zona de amortecimento das UCs
- Regiões sugeridas para criação de corredores ecológicos:**
 - Áreas definidas a partir dos critérios biológicos analisados



Fonte

Base Cartográfica Contínua do Brasil (1: 250.000) - IBGE Geociências, 2017; Massa D'água, Fitofisionomias e Uso do Solo: IBGE, 2008 - Projeto Sistematização das Informações sobre Recursos Naturais - escala 1:250.000; Unidades de Conservação: ICMBio, MMA, WWF e SEMAS/PA, 2019; Rotas de Aves Migratórias e Ocorrência de espécies ameaçadas de extinção: CEMAVE, 2016, disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/4-destaques/7491-icmbio-atualiza-relatorio-anual-de-aves-migratorias>; Áreas Importantes para conservação das Aves no Brasil: SAVE Brasil, 2009, disponível em <http://www.savebrasil.org.br/ibas/>.

Empreendedor/Cliente		Execução	
Projeto			
Licenciamento Ambiental da LT 230 kV Oriximiná - Juruti - Parintins e SEs Associadas			
Tema			
Indicadores para Implantação de Corredores Ecológicos			
Escala	Responsável Técnico		Produto
1:400.000	Isadora Coppetti Alvarez Engenheira Florestal CREA: 20.919/D-DF		MAPA-02/A2
Data			
Agosto/2019			

6.3.2.1.4.1 *Área 1 – Margem esquerda do Rio Amazonas*

Esta área está inserida entre a Floresta Nacional de Saracá-Taquera e a APA Nhamundá. É uma região com vasta cobertura florestal, porém com presença de vastas áreas antropizadas. É uma área importante para a conservação de aves no Brasil e é paralela à uma das principais rotas migratórias de aves no Brasil. Também são extensas as áreas de preservação permanente existentes na região, algumas delas com alto grau de antropização.

6.3.2.1.4.2 *Área 2 – Margem direita do Rio Amazonas*

Esta área compreende a região entre a Reserva Estrativista Tapajós e Arapiuns e o Refúgio da Vida Silvestre do Lago Mole. É uma região com alto grau de cobertura florestal, cujos fragmentos não se interligam à RESEX por conta do maciço urbano de Santarém e região. Também trata-se de área importante para a conservação de aves no Brasil e com extensas áreas de preservação permanentes a serem recuperadas. A implantação de corredores ecológicos nesta região é essencial para reduzir o isolamento da RESEX em relação à margem do Rio Amazonas. Parte da área sugerida está inserida na área de estudo do empreendimento para os meios físico e biótico.